



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS MEMBROS DA PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO EUROPEU

5 de Abril de 1979

Senhor Presidente

Meus Senhores

Agradeço a vossa visita, ficando impressionado pela importância que dais a um encontro com o Papa.

Na parte da Europa que vós representais, a construção laboriosa de maior unidade entra este ano numa fase importante, ao prepararem-se as eleições em cada um dos vossos países, para dotar doravante o Parlamento Europeu de elementos designados directamente para este efeito pela totalidade dos seus compatriotas. Esta consulta faz-se num campo em que o Papa não intervém a não ser no quadro da sua missão, de ordem religiosa e moral, entre outras coisas para convidar os cidadãos a bem cumprirem o seu dever eleitoral, associando-se voluntariamente às exortações dos outros Bispos europeus. A sua solicitude pastoral estende-se, de facto, às necessidades humanas e espirituais de centenas de milhões de homens que são atingidos por esta estrutura política.

Cada parlamentar europeu procura evidentemente orientar esta Europa na direcção que julga mais favorável aos interesses, ao progresso e ao bem-estar das populações. Para tal inspira-se na sua experiência, nas suas convicções, nos pontos de vista do seu partido político. Se tenho um desejo a formular, é este: que cada um, ultrapassando o espírito partidário ou, ao contrário, de desinteresse a que pode ser tentado, se ponha verdadeira, livre e conscientemente, as questões essenciais: como chegar a uma fraternidade mais larga sem se perder nada das tradições válidas que são próprias de cada país ou região? Como desenvolver as estruturas de coordenação sem diminuir a responsabilidade na base ou nos corpos intermédios? Como permitir aos indivíduos, às famílias, às comunidades locais e aos povos que exerçam os seus direitos e os seus deveres, abrindo-se, no interior desta Comunidade europeia e face ao resto do mundo, em particular ao resto da Europa e aos países mais desprovidos, a um bem comum mais largo e a uma maior harmonia? Quanto maior e mais complexo é o organismo, tanto mais se deve

redobrar a vigilância no sentido de se determinar uma linha comum de acção. Tanto mais é necessário ainda ter em conta as reais necessidades de cada uma das partes, para evitar que se construa uma estrutura teórica, que despreze estas necessidades e se deixe guiar por interesses de grupos particulares. O teste continua a ser o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa.

Para entender bem, é necessário reflectir sobre o significado da instituição. As instituições, quer as de uma Europa em vias de unidade, quer as de outras entidades nacionais ou internacionais, devem estar sempre ao serviço do homem, e nunca ao contrário. As instituições comunitárias são sempre instrumentos, instrumentos de certo importantes; mas nunca realizarão um trabalho fecundo se não colocarem no centro das suas preocupações o homem na sua integridade. As instituições, só por si, nunca farão a Europa; os homens é que a farão.

Mesmo procurando, como se impõe, tudo o que possa fazer progredir a unidade dos homens e, ao mesmo tempo, assegurar o seu desenvolvimento, é necessário sempre perguntarmo-nos — como o indiquei recentemente: «Este progresso, de que é autor e fator o homem, torna de facto a vida humana sobre a terra, em todos os seus aspectos, 'mais humana'? Torna-a mais 'digna do homem'? ... o homem, enquanto homem, no contexto deste progresso, torna-se verdadeiramente melhor, isto é, mais amadurecido espiritualmente, mais consciente da dignidade da sua humanidade, mais responsável, mais aberto para com os outros, em particular para com os mais necessitados e os mais fracos, e mais disponível para proporcionar e prestar ajuda a todos» (*Redemptor hominis*, 15)?

Por isso, é necessário, desde o início, situar a responsabilidade moral que cada ser humano deve conscientemente assumir frente ao desafio das tarefas que lhe competem como cidadão de uma pátria, cidadão de uma região demarcada por uma história e um destino comuns — e podemos falar aqui de uma história cristã no que diz respeito à Europa — ou cidadão até do mundo inteiro.

O homem, robustecido pelo sentido da sua responsabilidade moral, estará à altura de entrar em comunhão com os outros, porque o destino da humanidade nunca se joga no isolamento mas na solidariedade, na colaboração, na comunhão com os outros, através dos outros e pelos outros.

Falei em robustecer a responsabilidade moral dos homens. Mas neste caso, os homens que se aproximam pertencem a povos que têm já a sua história, as suas tradições, os seus direitos, e em particular o direito à sua identidade soberana. São estes povos que são convidados a unirem-se mais intimamente. A associação não deverá nunca confinar-se num nivelamento; deverá, antes, contribuir para valorizar os direitos e os deveres de cada povo, no respeito pela sua soberania, e realizar assim uma harmonia mais rica, tornando as nações capazes de entrarem em relação umas com as outras, com todos os seus valores, sobretudo os valores morais e espirituais.

Por outro lado, as partes assim reunidas não esquecerão, evidentemente, que não constituem, por si sós, toda a Europa; continuarão conscientes da sua responsabilidade comum pelo futuro de

todo o continente, este continente que, para além das suas divisões históricas, das suas tensões e dos seus conflitos, tem uma profunda solidariedade, para a qual contribuiu em larga escala a própria fé cristã.

É, por isso, toda a Europa que deve beneficiar dos passos já dados, bem como os outros continentes, para os quais a Europa poderá voltar-se com a sua originalidade específica. É, na verdade, um grande serviço, um serviço delicado este que se confia ao Parlamento Europeu. Eu peço ao Senhor que vos esclareça, que vos assista, que vos dê a coragem de procurar, custe o que custar, a justiça e a verdade, o respeito pelas pessoas, pelas situações e pelos povos.

© Copyright 1979 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana